

**Controladoria
Geral do
Estado**



**ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO**

ANEXO VI DO PLANO OPERACIONAL DAS AÇÕES DE CONTROLE – POAC

Exercício 2020

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA GERÊNCIA DE INSPEÇÃO DE CONTAS

MARÇO / 2020



CONTROLE DE ALTERAÇÕES

Versão	Data	Responsável	Descrição das Alterações
1.0	28.02.2020	Jean Marck Barbosa Gestor	Versão 01.2019
1.1	04.03.2020	Maria José Oliveira e Silva – Gestor	Formatação



Resumo

Este Projeto Operacional tem como objetivo delimitar as Ações de Controle a serem realizadas pela Gerência de Inspeção de Contas (GEIC), da Superintendência de Inspeção, durante o exercício de 2020.

Ações de controle foram detalhadas visando evidenciar os recursos humanos necessários para o atendimento das metas imposta, relativas às inspeções a serem executadas em processos de Despesas de Exercícios Anteriores, Restos a Pagar, Convênios, e demais Transferências Voluntárias, Contratos de Gestão, Fundo Rotativo, Adiantamento, Contas Anuais dos Gestores e do Governador, além das Tomada de contas Especial e dos relatórios de gestão fiscal (RREO e RGF), em cumprimento às normativas impostas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE), legislações estaduais, bem como da Portaria 165/2019 – CGE. Além do acompanhamento do cumprimento das vinculações constitucionais: Saúde e Educação (Federal) e Cultura (Estadual) e dos resultados das principais contas de Governo.



SUMÁRIO

COLABORADORES	5
1 Identificação do Projeto	6
2 Análise Situacional.....	7
Goiás mantém nota C em avaliação da STN	7
3 Objetivo do Projeto	8
4 Escopo do Projeto	9
4.1 Produtos/Entregas do Projeto.....	9
4.2 Restrições (dificuldades).....	10
4.3 Premissas	10
5 Recursos Humanos.....	11
6 Plano Operacional – Detalhado.....	12
7 Principais Entregas e Quantitativo	13
8 Metas Trimestrais.....	14
9 Painéis de Controle	15
10 Assinatura dos responsáveis pelo projeto.....	27



COLABORADORES

SECRETÁRIO CHEFE DA CGE

Henrique Moraes Ziller

SUBCONTROLADOR DE CONTROLE INTERNO E CORREIÇÃO

Marcos Tadeu de Andrade

SUPERINTENDENTE DE AUDITORIA

Stella MarisHusni Franco

SUPERINTENDENTE DE INSPEÇÃO

Claudio Martins Correia

GERÊNCIAS

GERÊNCIA DE INSPEÇÃO PREVENTIVA E FISCALIZAÇÃO

Adriano Abreu

GERÊNCIA DE INSPEÇÃO DE CONTAS

Jean Marck Barbosa

GERÊNCIA DE INSPEÇÃO DE PESSOAL

Maria José Oliveira e Silva

GERÊNCIA DE MONITORIAMENTO

Margareth Moreira

GERÊNCIA DE AUDITORIA EM COMPLIANCE

Luis Henrique Crispim

GERÊNCIA DE AUDITORIA DE PROGRAMAS DE GOVERNO

Elisabete Fernandes Ribeiro



1 Identificação do Projeto

Projeto Implantação do projeto de Monitoramento Total das contas públicas do Estado de Goiás	
Área Solicitante GAB/CGE	Data da Elaboração 14.11.2019
Cliente Marcos Tadeu de Andrade – Subchefe de Controle Interno da CGE	
Patrocinador Henrique Moraes Ziller – Controlador Geral do Estado de Goiás	
Gerente do Projeto Jean Marck Barbosa	Unidade GEIC/CGE
E-mail do Gerente jean.mbarbosa@goias.gov.br	Telefone do Gerente (62) 3201 - 5357



2 Análise Situacional

O cenário atual demonstra a urgência de medidas, por parte do Governo Estadual, visando o equilíbrio das contas públicas visto que o Estado de Goiás está com nota C, na análise de capacidade de pagamento (CAPAG) da Secretaria do Tesouro Nacional, instrumento que mede a capacidade fiscal dos estados e municípios para contrair novos empréstimos com garantia da União. (*Dados de agosto/2019*)

Goiás mantém nota C em avaliação da STN

Goiás está em situação menos grave que outros três estados brasileiros que também pediram adesão ao RRF.



Brasil tem 14 Estados com nota C e três com nota D, aponta Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais de 2019

A nota da capacidade de pagamento (Capag) de Rondônia e do Amapá piorou de B para C entre 2018 e 2019, enquanto a do Piauí melhorou de C para B. Assim, há no Brasil apenas um Estado com nota A – o Espírito Santo – nove com nota B, 14 com nota C e três – Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro – com nota D. Apenas Estados ou Municípios com Capag A ou B podem contrair empréstimos com garantia da União.

As informações estão na [edição de 2019 do "Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais"](#), publicação anual em que o Tesouro Nacional faz um retrato da situação fiscal de Estados e Municípios e analisa os principais fatores que influenciaram o desempenho desses números.

Fonte: <https://www.dm.com.br/cidades/2019/08/goias-mantem-nota-c-em-avaliacao-da-stn/>

(*Dados de agosto/2019*)

Assunto esclarecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN):

O que é o Capag - Capacidade de Pagamento:

A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos entes subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União.

O objetivo da Capag é apresentar de forma simples e transparente se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional.



A metodologia do cálculo, dada pela Portaria MF nº 501/2017, é composta por três indicadores: de endividamento, de poupança corrente e de liquidez.

O Estado precisa melhorar seus indicadores para melhorar seu *rating* e, conseqüentemente, ser elegível para contratar operações de crédito com garantia da União. Para tanto, seguem sugestões de como melhorar seus indicadores:

ENDIVIDAMENTO:

Reduzir estoque de passivos em relação à Receita Corrente Líquida (RCL)

- ✓ Reduzir montantes de endividamento
- ✓ Suspender novas contratações
- ✓ Pagar precatórios
- ✓ Privatizar estatais

Aumentar a Receita Corrente Líquida (RCL)

- ✓ Aumentar alíquotas de impostos
- ✓ Modernizar a máquina arrecadatória
- ✓ Reduzir incentivos fiscais
- ✓ Utilizar receitas oriundas de concessões

POUPANÇA CORRENTE:

Evitar descompasso entre receitas e despesas

- ✓ Evitar ou cortar Despesas de Pessoal e Outras despesas correntes

Para aumentar a Receita Corrente Ajustada

- ✓ Modernizar a máquina arrecadatória
- ✓ Reduzir investimentos fiscais
- ✓ Utilizar receitas oriundas de concessões

LIQUIDEZ:

Evitar descompasso entre receitas e despesas

- ✓ Incrementar disponibilidade de caixa sem vinculação
- ✓ Desvincular receitas
- ✓ Melhorar gestão de caixa
- ✓ Reduzir obrigações financeiras sem vinculação
- ✓ Evitar acúmulo dos Restos a Pagar (RP)

Fonte: Site do STN

3 Objetivo do Projeto

É o acompanhamento das inspeções realizadas pela Gerência de Inspeção de Contas (GEIC) da Superintendência de Inspeção, em atendimento as Resoluções do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e a Portaria 165/2019 da CGE.

Outro objetivo é o monitoramento das contas públicas do Estado de Goiás visando a sua manutenção dentro dos limites previstos LRF e LDO.

Objetivos específicos:



- a) Inspeccionar as contas públicas em cumprimento com a Portaria 165/2019 – CGE e Resoluções do TCE relativos a convênios, e demais transferências voluntárias, contratos de gestão, fundo rotativo, adiantamento, contas anuais dos gestores e governador, bem como as Tomada de contas Especial e relatórios de gestão fiscal (RREO e RGF).
- b) Inspeccionar as despesas que impacta o resultado das contas públicas constantes nos Relatórios RREO, RGF e na LDO, tais como: Receita corrente líquida, Dívida Consolidada, Garantias de Valores, Operações de Crédito, Restos a Pagar, Disponibilidade de Caixa Líquida, Resultado Nominal e Primário.
- c) Verificação do cumprimento das vinculações constitucionais: Saúde e Educação (Federal) e Cultura (Estadual);
- d) Inspeccionar despesas relativas à DEA e RP;

4 Escopo do Projeto

4.1 Produtos/Entregas do Projeto

- a. Relatório e Certificado de Tomada de Contas Especial em atendimento a Resolução 16/2016 do TCE;
- b. Nota Técnica das Prestações de Contas das Organizações Sociais, em atendimento à Resolução 13/2017 do TCE;
- c. Nota Técnica das Prestações de Contas dos Adiantamentos e fundos Rotativos, em atendimento a Resolução 07/2001 do TCE;
- d. Relatório de Auditoria e Certificado de Auditoria das Contas dos Gestores relativo à administração direta, indireta e fundacional, inclusive as empresas públicas, em atendimento a Resolução 05/2018 do TCE;
- e. Registro das Prestações de Contas de Convênios e demais ajuste promovidos pelo Governo Estadual em atendimento a Portaria 165/2019 da CGE;



- f. Relatório de Inspeção formal dos relatórios de gestão fiscal RREO e RGF, emitidos bimestralmente e quadrimestralmente, respectivamente de acordo com Portaria 165/2019 da CGE;
- g. Boletim de Inspeção prévio ao pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) e Restos a Pagar (RP), de acordo com Portaria 165/2019 da CGE;
- h. analisar e identificar os dados e indicadores financeiros e econômicos das Organizações Sociais - OS com contratos de gestão em especial da Secretaria de Estado da Saúde – SES;
- i. Relatórios, notas técnicas, pareceres de inspeções diversas realizadas pelo setor;

4.2 Restrições (dificuldades)

Podem impactar negativamente o projeto, até mesmo levando-o a inviabilidade:

- Escassez de recursos humanos, estrutura física e logística para o desenvolvimento das atividades;
- Dificuldades no acesso às informações;
- Ausência de sistemas informatizados para monitoramento e controle dos adiantamentos, fundos rotativos, transferência voluntárias (convênios e demais ajustes), tomada de contas especial e contratos de gestão.
- Falta de patrocínio do corpo diretivo;

4.3 Premissas

Para implementação do Projeto com sucesso, pressupõe:

- Comprometimento e disponibilidade de servidores;
- Estrutura física e logística de acordo com as necessidades dos trabalhos;
- Envolvimento da alta gestão;



- Desenvolvimento ou aquisição de sistemas que possibilite o monitoramento e controle adiantamentos, fundos rotativos, transferência voluntárias (convênios e demais ajustes), tomada de contas especial e contratos de gestão.

5 Recursos Humanos

RELAÇÃO DE SERVIDORES DA GEIC		
	SERVIDORES	SETOR
1	ELAINE DE FÁTIMA AIRES	CONTAS PÚBLICAS
2	HELDER RAIMUNDO DE MORAES	CONTRATO DE GESTÃO
3	CÉLIO RICADO DE MESQUITA	CONTRATO DE GESTÃO
4	CLAÚDIA REZEK RODRIGUES	CONTRATO DE GESTÃO
5	JOÃO PEREIRA DUARTE	CONTRATO DE GESTÃO
6	ZILDA PIMENTA FALEIROS REZENDE	FUNDO ROTATIVO E ADIANTAMENTO
7	RAIMUNDO ALVES DE ABREU	FUNDO ROTATIVO E ADIANTAMENTO
8	SEBASTIÃO ANTONIO REMIGIO MOREIRA	FUNDO ROTATIVO E ADIANTAMENTO
9	KLEVER EUCLIDES AVELAR HONORATO	PRESTAÇÃO DE CONTAS
10	FABRICIO DEL DUQUI	PRESTAÇÃO DE CONTAS
11	ANDREINA MARCIA DOS SANTOS	PRESTAÇÃO DE CONTAS
12	LORENA DE OLIVEIRA ALVES	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
13	HUGO CESAR SIQUEIRA	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
14	JEAN MARCK BARBOSA	COORDENAÇÃO



6 Plano Operacional – Detalhado

PLANO OPERACIONAL DA GERÊNCIA DE INSPEÇÃO DE CONTAS -GEIC									
DETALHAMENTO DAS AÇÕES									
EXERCÍCIO 2020									
ITEM	AÇÃO DE CONTROLE	PERIODICIDADE	SERVIDORES	CARGO	SERVIDOR POR TAREFA (Unid)	QUANT. SERVIDORES	QUANT. TOTAL DE HORAS ÚTEIS (em horas)	TEMPO MÉDIO DE EXECUÇÃO	AÇÕES DE CONTROLE A REALIZAR
1	Análise de Tomadas de Contas Especial	DIÁRIA	LORENA	GFC	1	2	2.724	24	114
			HUGO	GFC	1				
2	Análise de Prestação de Contas das Organizações Sociais; e Análise dos dados e dos indicadores financeiros e econômicos das Organizações Sociais com contratos de gestão em especial da Secretaria de Estado da Saúde – SES	ANUAL	CÉLIO	GFC	1	3,33	4.540	60	76
			JOÃO	GFC	1				
			CLAUDIA	GFC	1				
			HELDER	GFC	0,33				
3	Análise formal de Adiantamentos e Fundo Rotativo	Trimestral	ZILDA	ASSISTENTE	1	3	4.086	3	1362
			RAIMUNDO	ASSISTENTE	1				
			SEBASTIÃO	ASSISTENTE	1				
4	Emissão de relatório de certificação das Contas anuais dos órgãos, entidades e empresas públicas	ANUAL	KLEVER	GFC	0,33	0,83	1.135	10,6	107
			MÁRCIA	GFC	0,50				
5	Análise da Prestação de Contas anual de Convênios e demais ajustes	ANUAL	FABRÍCIO	GFC	0,40	0,40	545	2,5	218
6	Análise formal do relatório de Gestão Fiscal (RREO/RGF) - bimestral	BIMESTRAL QUADRIMESTRAL	ELAINE	GFC	0,17	0,17	227	25	9
7	Análise da conformidade dos processos de pagamento de DEB e Restos a Pagar	DIÁRIA	MÁRCIA	GFC	0,50	1,07	1.453	782	2
			FABRÍCIO	GFC	0,40				
			KLEVER	GFC	0,17				
8	Inspeção das Contas do Governador - anual	ANUAL	ELAINE	GFC	0,33	0,33	454	450	1
9	Inspeções, parecer, nota técnica, reunião das contas públicas	DIÁRIA	ELAINE	GFC	0,50	2,27	3.092	14,1	219
			HELDER	GFC	0,67				
			JEAN	GFC	0,40				
			FABRÍCIO	GFC	0,20				
			KLEVER	GFC	0,50				
10	Coordenação das atividades	DIÁRIA	JEAN	GFC	0,60	0,60	817	3,6	230
TOTAL					14	14	19.073		2337

MEMÓRIA DE CÁLCULO - HORA TRABALHADA	
Força de Trabalho individual por ano	
Dias úteis - 2020 - bruto	248
Dias de férias	21
Dias úteis líquido	227
Horas diárias trabalhada	6
Quantidade de horas ano trabalhada ind.	1362

PREMISSAS
Quantidade de servidores por tarefa
Estimou em 248 dia úteis para 2020 excluindo 21 dias úteis de férias por servidor. Total líquido anual de 227h
Utilizou-se como parâmetro de horas úteis por dia de 6h.
Quantidade anual de horas por servidor de 1362 horas úteis
Quantidade de tarefas - estimada ou de acordo com levantamento do exercício de 2019
Tempo por tarefa/atividade foi estimado pela gerência



7 Principais Entregas e Quantitativo

PLANO OPERACIONAL DA GERÊNCIA DE INSPEÇÃO DE CONTAS -GEIC					
PRINCIPAIS ENTREGAS					
EXERCÍCIO 2020					
ITEM	TIPO DE AÇÃO DE CONTROLE	OBJETIVO	ESCOPO	ENTREGA	AÇÕES DE CONTROLE A REALIZAR
1	INSPEÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	Atendimento Resolução 16/2016 - TCE	Análise de Tomadas de Contas Especial	Relatório e Certificado de Tomada de Contas Especial	114
2	INSPEÇÃO DAS CONTAS DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	Atendimento Resolução 13/2017 - TCE	Análise de Prestação de Contas das Organizações Sociais; e Análise dos Dados e dos Indicadores Financeiros e Econômicos das Organizações Sociais com contrato de gestão em especial da Secretaria de Estado da Saúde - SES	NT - Nota Técnica	76
3	ANÁLISE PRESTAÇÃO DE CONTAS	Atendimento Resolução 07/2001 - TCE	Análise formal de Adiantamentos e Fundo Rotativo	NT - Nota Técnica	1362
4	INSPEÇÃO DAS CONTAS ANUAIS DOS GESTORES	Atendimento Resolução 05/2018 - TCE	Emissão de relatório e certificação das Contas anuais dos órgãos, entidades e empresas públicas	Relatório de Auditoria e Certificado de Auditoria das Contas	107
5	INSPEÇÃO DA CONTAS DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	Portaria 165/2019 - CGE	Análise da Prestação de Contas anual de Convênios e demais ajustes	Registro de Prestação de Contas de Convênios	218
6	INSPEÇÃO E ANÁLISE DOS RELATÓRIOS	Portaria 165/2019 - CGE	Análise formal do relatório de Gestão Fiscal (RREO/RGF) - bimestral	Análise das contas públicas	9
7	INSPEÇÃO PRÉVIA AO PAGAMENTO	Portaria 165/2019 - CGE	Análise dos 193 processos de pagamento acima de R\$ 500.000,00 de DEA e Restos a Pagar	BI - Boletim de Inspeção	2
8	INSPEÇÃO DAS CONTAS DO GOVERNADOR	Atendimento Resolução 07/2018 - TCE	Consolidação das Contas do Governador - anual	Emissão de relatório das contas do Governador	1
9	INSPEÇÃO	Portaria 165/2019 - CGE	Inspeções, parecer, nota técnica, reunião relativas às contas públicas	Relatórios diversos	219
10	COORDENAÇÃO	Otimizar as atividades da Gerência	Coordenação das atividades	Diversos	230
TOTAL					2337



8 Metas Trimestrais

METAS PRINCIPAIS ENTREGAS EXERCÍCIO 2020								
ITEM	TIPO DE AÇÃO DE CONTROLE	ESCOPO	ENTREGA	AÇÕES DE CONTROLE A REALIZAR	1º TRIM.	2º TRIM.	3º TRIM.	4º TRIM.
1	INSPEÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	Análise de Tomadas de Contas Especial	Relatório e Certificado de Tomada de Contas Especial	114	28	28	28	28
2	INSPEÇÃO DAS CONTAS DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	- Análise de Prestação de Contas das Organizações Sociais; e - Análise dos Dados e dos Indicadores Financeiros e Econômicos das 10 (dez) Organizações Sociais com contrato de gestão em especial da Secretaria de Estado da Saúde - SES	NT - Nota Técnica	76	19	19	19	19
3	ANÁLISE PRESTAÇÃO DE CONTAS	Análise formal de Adiantamentos e Fundo Rotativo	NT - Nota Técnica	1362	341	341	341	341
4	INSPEÇÃO DAS CONTAS ANUAIS DOS GESTORES	Emissão de relatório e certificação das Contas anuais dos órgãos, entidades e empresas públicas	Relatório de Auditoria e Certificado de Auditoria das Contas	107		107		
5	INSPEÇÃO DA CONTAS DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	Análise da Prestação de Contas anual de Convênios e demais ajustes	Registro de Prestação de Contas de Convênios	218	54	54	54	54
6	INSPEÇÃO E ANÁLISE DOS RELATÓRIOS	Análise formal do relatório de Gestão Fiscal (RREO/RGF) - bimestral	Análise das contas públicas	9	3	2	3	1
7	INSPEÇÃO PRÉVIA AO PAGAMENTO	Análise dos 193 processos de pagamento acima de R\$ 500.000,00 de DEA e Restos a Pagar	BI - Boletim de Inspeção	2		1		1
8	INSPEÇÃO DAS CONTAS DO GOVERNADOR	Consolidação das Contas do Governador - anual	Emissão de relatório das contas do Governador	1				
9	INSPEÇÃO	Inspeções, parecer, nota técnica, reunião relativas às contas públicas	Relatórios diversos	219	55	55	55	55
10	COORDENAÇÃO	Coordenação das atividades	Diversos	230	58	58	58	58
TOTAL				2337				

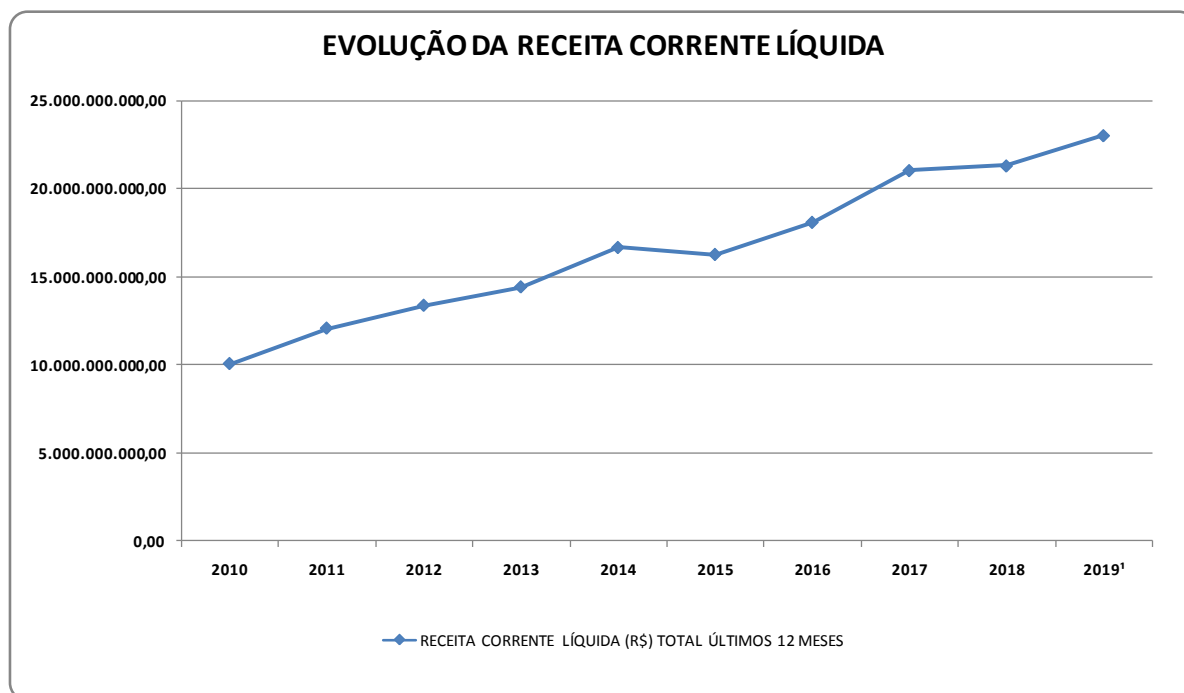


9 Painéis de Controle

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$)				
ANO	PREVISÃO ATUALIZADA	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	ACRÉSCIMO % POR ANO	% ACUMULADO
2010	10.117.047.143,44	10.047.292.664,45	100,00	100,00
2011	11.212.496.000,00	12.064.841.153,42	20%	20,08%
2012	12.461.400.000,00	13.365.786.266,07	11%	33,03%
2013	15.374.688.000,00	14.413.466.418,78	8%	43,46%
2014	19.638.058.380,46	16.656.493.549,67	16%	65,78%
2015	19.341.536.140,90	16.260.482.634,11	-2%	61,84%
2016	18.555.300.453,22	18.086.974.208,94	11%	80,02%
2017	20.125.012.049,98	21.033.874.951,29	16%	109,35%
2018	22.347.136.075,14	21.298.254.079,91	1%	111,98%
2019¹	23.077.081.035,01	23.022.354.095,44	8%	129,14%

Nota:

1) Informações do 4º bimestre/2019. Valores retirados do Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, cujo período de referência: janeiro a agosto de 2019 / Bimestre julho-agosto.





DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL (R\$)

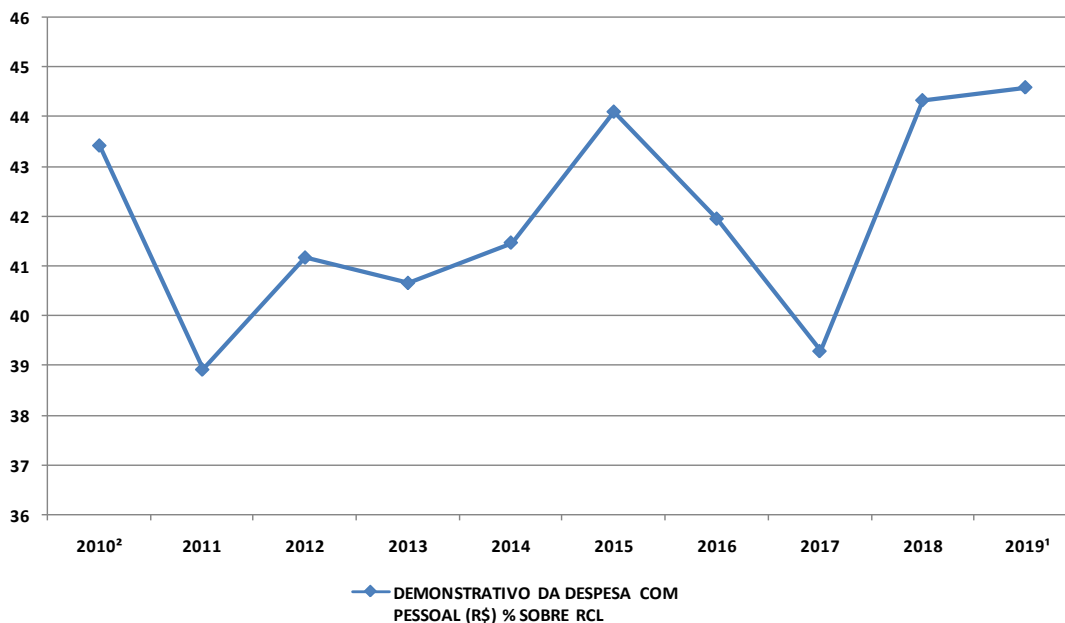
ANO	ÚLTIMOS 12 MESES (R\$) - DESPESA LIQUIDADADA	INCRITA EM RPNP	DESPESA TOTAL COM PESSOAL	% SOBRE RCL
2010 ²	0,00	0,00	4.366.177.623,63	43,43
2011	4.696.448.889,89	0,00	4.696.448.889,89	38,93
2012	5.503.558.878,48	0,00	5.503.558.878,48	41,18
2013	5.862.596.152,77	0,00	5.862.596.152,77	40,67
2014	6.521.634.884,04	5.320.993,24	6.526.955.877,28	41,48
2015	7.163.826.594,24	8.594.800,58	7.172.421.394,82	44,11
2016	7.591.296.236,48	-1.730.689,50	7.589.565.546,98	41,96
2017	8.264.601.055,56	660.396,31	8.265.261.451,87	39,30
2018	9.440.503.391,43	3.398.024,64	9.443.901.416,07	44,34
2019 ¹	10.214.499.583,20	53.280.320,29	10.267.779.903,49	44,60

Nota:

1) Limite de despesas total com pessoal - 48,60%

2) Informações do 2º quadrimestre/2019. Valores retirados do Anexo 8 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal, cujo período de referência: janeiro a agosto de 2019 / quadrimestre maio-agosto.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL PELA RCL





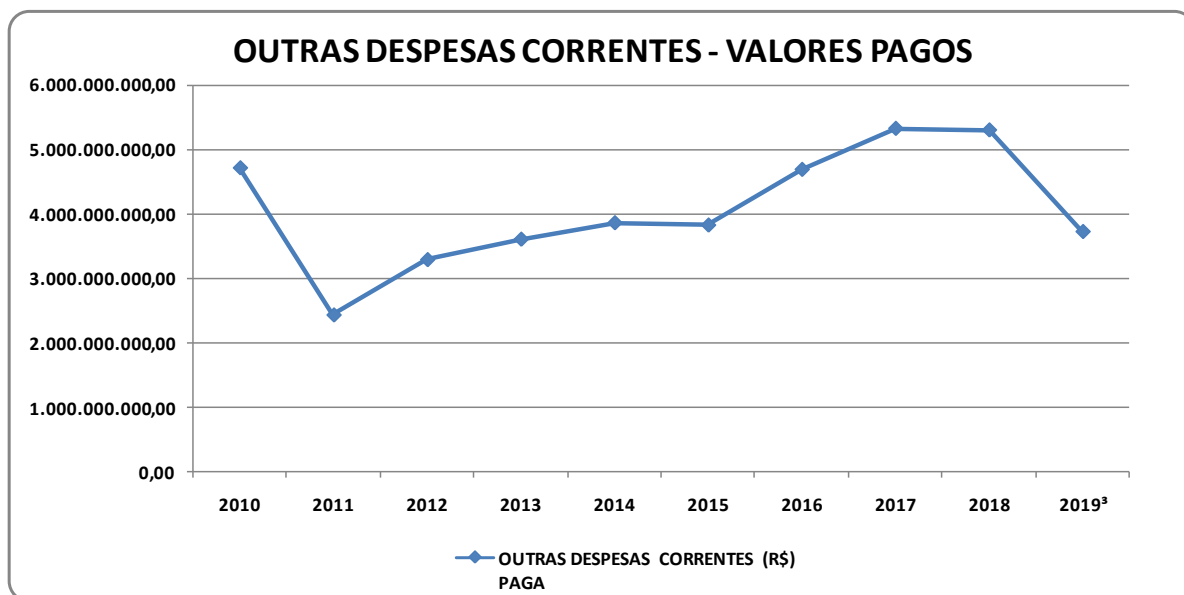
OUTRAS DESPESAS CORRENTES (R\$)					
ANO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA
2010	4.865.862.000,00	5.606.276.921,67	5.051.871.449,02	4.927.698.628,84	4.717.173.478,42
2011	2.945.142.000,00	3.849.558.114,74	3.192.628.590,34	2.582.525.750,80	2.430.821.889,84
2012	3.653.158.000,00	5.154.034.341,57	4.126.667.743,19	3.547.258.634,04	3.290.731.086,69
2013	5.851.706.000,00	6.465.536.770,38	4.286.530.437,80	3.859.645.697,30	3.608.748.159,18
2014	5.042.891.000,00	5.843.114.591,55	4.592.319.015,13	4.259.991.612,75	3.863.731.129,38
2015	5.391.771.000,00	6.202.986.419,78	5.112.370.891,37	4.582.393.627,36	3.828.077.532,59
2016	5.904.482.000,00	6.814.303.974,71	5.856.161.023,33	5.202.317.438,43	4.693.053.032,19
2017	6.154.713.000,00	6.669.156.005,02	6.144.774.250,53	5.776.896.359,49	5.330.398.391,48
2018	6.351.780.000,00	7.111.400.499,50	6.572.305.941,86	6.317.216.043,60	5.305.865.877,92
2019 ³	7.295.640.000,00	8.157.509.270,84	5.929.748.365,93	4.073.753.106,29	3.727.556.397,38

Notas:

1) Nos Exercícios de 2010 a 2014 não constaram no Demonstrativo I do RREO os valores das despesas pagas. Valores (saldo Pago Contabilizado) retirados do Siofinet.

2) No valor da Dotação Atualizada de outras despesas correntes do Demonstrativo I do RREO, do Exercício de 2014, consta uma diferença no valor de R\$ 4.377.500,00 em relação ao Valor Autorizado Dotação registrado no Siofinet.

3) Informações do 4º bimestre/2019. Valores retirados do Anexo 1 - Balanço Orçamentário - RREO do período de referência: janeiro a agosto de 2019 / Bimestre julho-agosto.



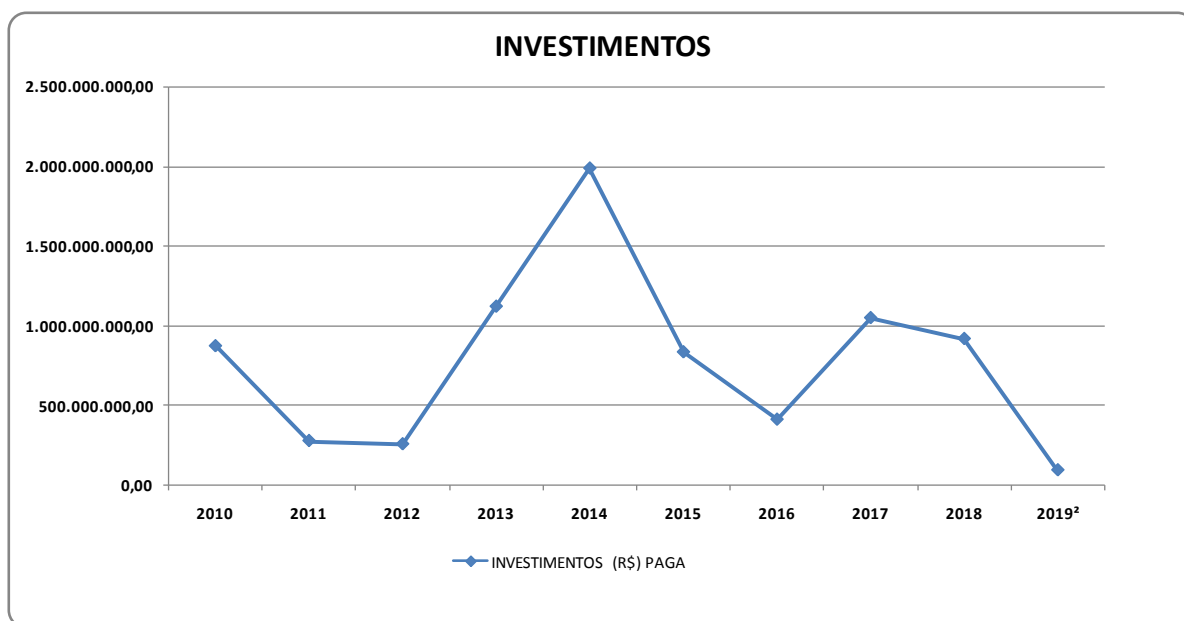


INVESTIMENTOS (R\$)					
ANO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA
2010	999.261.000,00	1.994.677.164,63	1.179.661.698,28	956.283.997,30	871.238.160,38
2011	2.411.314.000,00	1.375.782.917,00	526.000.003,96	296.199.898,93	276.074.132,61
2012	3.462.497.000,00	2.951.077.834,37	687.430.462,53	304.237.485,02	255.573.169,47
2013	3.750.259.000,00	6.241.885.743,88	1.552.628.091,67	1.170.208.305,62	1.119.252.183,12
2014	4.291.216.000,00	6.405.085.039,77	2.530.719.140,50	2.301.822.049,90	1.986.531.737,01
2015	3.518.243.000,00	3.261.868.520,67	1.491.719.272,22	1.025.412.032,85	832.939.493,79
2016	3.390.304.000,00	3.710.125.858,04	935.839.391,62	515.931.347,68	409.955.086,24
2017	2.100.434.000,00	2.628.169.590,10	1.608.403.952,76	1.270.084.126,39	1.047.628.796,55
2018	918.133.000,00	2.467.072.219,80	1.566.834.169,39	1.132.547.615,16	916.471.442,00
2019 ²	912.432.000,00	1.100.636.634,91	281.255.405,43	100.113.320,03	92.212.117,15

Notas:

1) Nos Exercícios de 2010 a 2014 não constaram no Demonstrativo I do RREO os valores das despesas pagas. Valores (saldo Pago Contabilizado) retirados do Siofinet.

2) Informações do 4º bimestre/2019. Valores retirados do Anexo 1 - Balanço Orçamentário - RREO do período de referência: janeiro a agosto de 2019 / Bimestre julho-agosto.



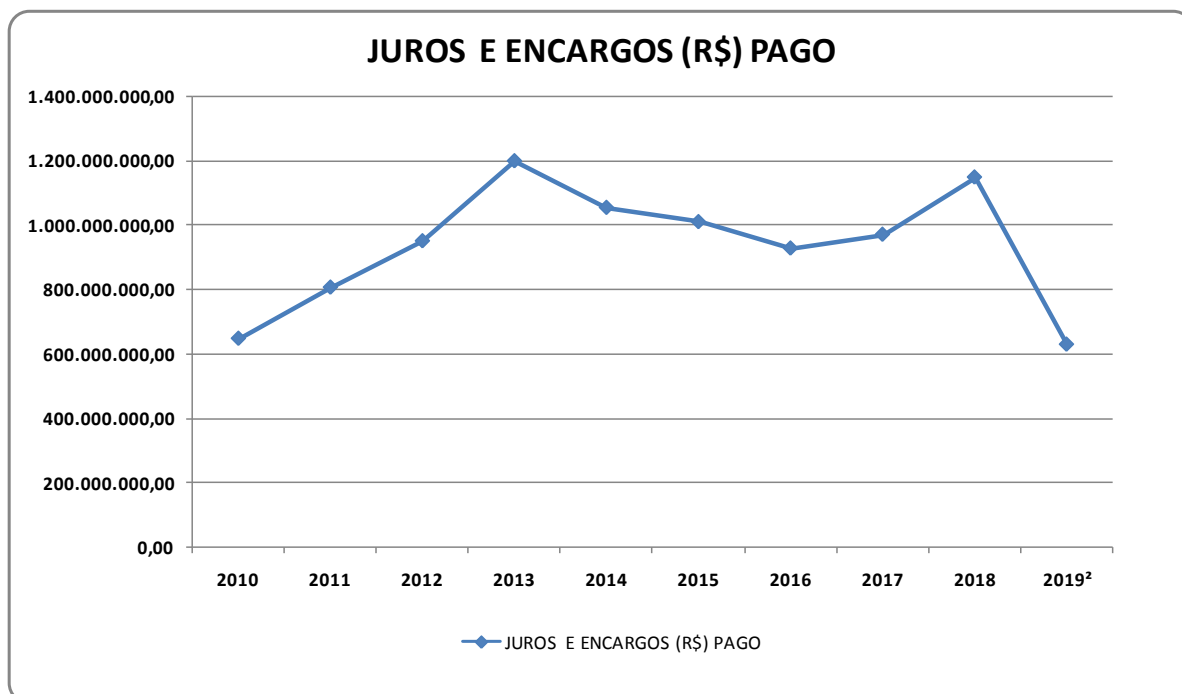


JUROS E ENCARGOS (R\$)					
ANO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGO
2010	668.162.000,00	647.444.300,12	645.970.511,14	645.970.511,14	645.970.511,14
2011	877.891.000,00	807.791.000,00	807.326.147,04	805.295.794,14	805.295.794,14
2012	901.547.000,00	1.035.547.000,00	955.811.275,32	949.678.048,69	949.678.048,69
2013	1.002.578.000,00	1.227.828.000,00	1.198.927.165,48	1.198.927.165,48	1.198.927.165,48
2014	1.100.400.000,00	1.057.382.511,41	1.053.787.483,56	1.053.787.483,56	1.053.643.497,47
2015	1.128.304.000,00	1.115.404.000,00	1.009.269.178,83	1.009.262.925,22	1.009.262.925,22
2016	900.500.000,00	927.619.725,45	927.217.893,79	927.020.080,43	927.020.080,43
2017	841.800.000,00	977.543.110,64	971.061.182,02	969.958.296,87	969.958.296,87
2018	1.040.900.000,00	1.151.809.540,23	1.151.809.540,23	1.148.304.159,51	1.148.304.159,16
2019 ²	924.135.000,00	1.290.635.000,00	931.545.000,00	684.997.233,71	627.583.318,50

Notas:

1) Nos Exercícios de 2010 a 2014 não constaram no Demonstrativo I do RREO os valores das despesas pagas. Valores (saldo Pago Contabilizado) retirados do Siofinet.

2) Informações do 4º bimestre/2019. Valores retirados do Anexo 1 - Balanço Orçamentário - RREO do período de referência: janeiro a agosto de 2019 / Bimestre julho-agosto.



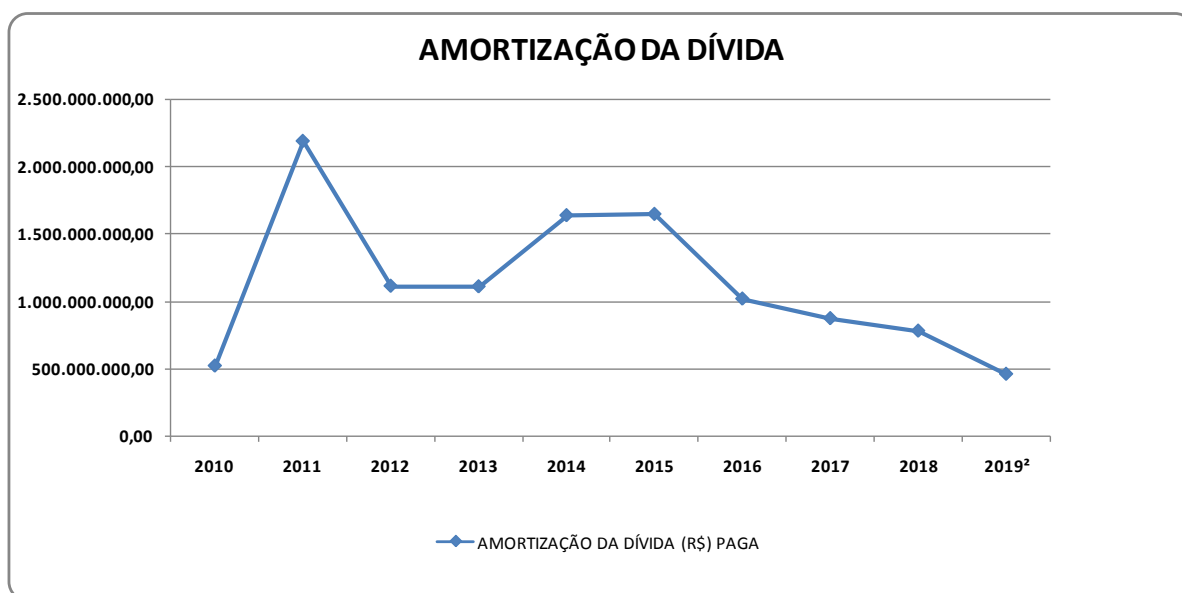


AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (R\$)					
ANO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA
2010	581.838.000,00	1.720.343.267,51	515.575.071,11	515.575.071,11	515.575.071,11
2011	489.082.000,00	2.189.682.000,00	2.187.473.830,53	2.187.466.671,69	2.187.466.671,69
2012	544.522.000,00	1.117.522.000,00	1.111.391.989,66	1.109.592.821,36	1.109.235.704,53
2013	844.640.000,00	1.314.640.000,00	1.105.178.890,55	1.105.178.890,55	1.105.178.890,55
2014	750.018.000,00	1.638.527.488,59	1.635.067.428,49	1.635.067.428,49	1.634.788.960,65
2015	2.150.460.000,00	1.688.587.855,90	1.644.101.317,11	1.644.100.339,57	1.644.100.339,57
2016	1.073.978.000,00	1.017.112.489,71	1.014.211.050,34	1.014.211.050,34	1.014.211.050,34
2017	926.502.000,00	899.865.586,71	868.476.344,34	868.476.344,34	868.476.344,34
2018	724.520.000,00	789.454.511,48	789.434.511,48	775.558.151,31	775.558.151,31
2019 ²	724.981.000,00	982.081.000,00	736.252.731,27	517.573.835,82	454.360.850,71

Notas:

1) Nos Exercícios de 2010 a 2014 não constaram no Demonstrativo I do RREO os valores das despesas pagas. Valores (saldo Pago Contabilizado) retirados do Siofinet.

2) Informações do 4º bimestre/2019. Valores retirados do Anexo I - Balanço Orçamentário - RREO do período de referência: janeiro a agosto de 2019 / Bimestre julho-agosto.





RECEITA PREVIDENCIÁRIA (R\$)			DESPESA PREVIDENCIÁRIA (R\$)				RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (R\$)	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZADA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADADA	
2010	375.205.000,00	375.205.000,00	1.388.992.334,82	2010 1.428.888.000,00	1.760.832.664,58		1.304.674.470,32	84.317.864,50
2011 ³	1.530.194.000,00	1.532.804.049,35	1.765.825.655,72	2011 2.037.374.000,00	2.268.731.129,29		1.736.108.524,48	29.717.131,24
2012	1.222.501.000,00	1.222.501.000,00	1.149.810.247,37	2012 1.897.809.000,00	2.227.667.406,00		2.126.760.591,58	-976.950.344,21
2013	1.312.775.000,00	1.312.775.000,00	1.339.939.428,35	2013 1.928.986.000,00	2.430.699.478,00		2.373.323.361,79	-1.033.383.933,44
2014	1.381.553.000,00	1.381.613.184,18	1.583.682.143,77	2014 1.969.238.000,00	2.792.061.587,98		2.704.767.199,11	-1.121.085.055,34
2015	1.677.740.000,00	1.702.332.797,51	1.757.784.875,77	2015 2.303.865.000,00	3.377.157.101,12	3.260.789.119,13	3.258.749.814,17	-1.500.964.938,40
2016	2.068.469.000,00	2.068.469.000,00	1.771.469.106,41	2016 3.071.270.000,00	3.844.652.747,26	3.546.411.376,79	3.545.350.922,22	-1.773.881.815,81
2017	2.226.505.000,00	2.226.505.000,00	2.038.127.009,63	2017 4.271.277.000,00	4.374.195.367,44	4.277.678.095,61	4.274.017.229,96	-2.235.890.220,33
2018	2.983.882.000,00	3.486.790.593,52	2.761.723.877,30	2018 4.615.230.000,00	5.818.021.745,62	5.170.478.910,62	5.166.634.790,63	-2.404.910.913,33
2019 ^a	2.988.239.000,00	2.988.239.000,00	1.973.762.293,56	2019 4.535.553.000,00	5.329.628.635,40	3.545.086.118,02	4.207.506.107,00	-2.233.743.813,44

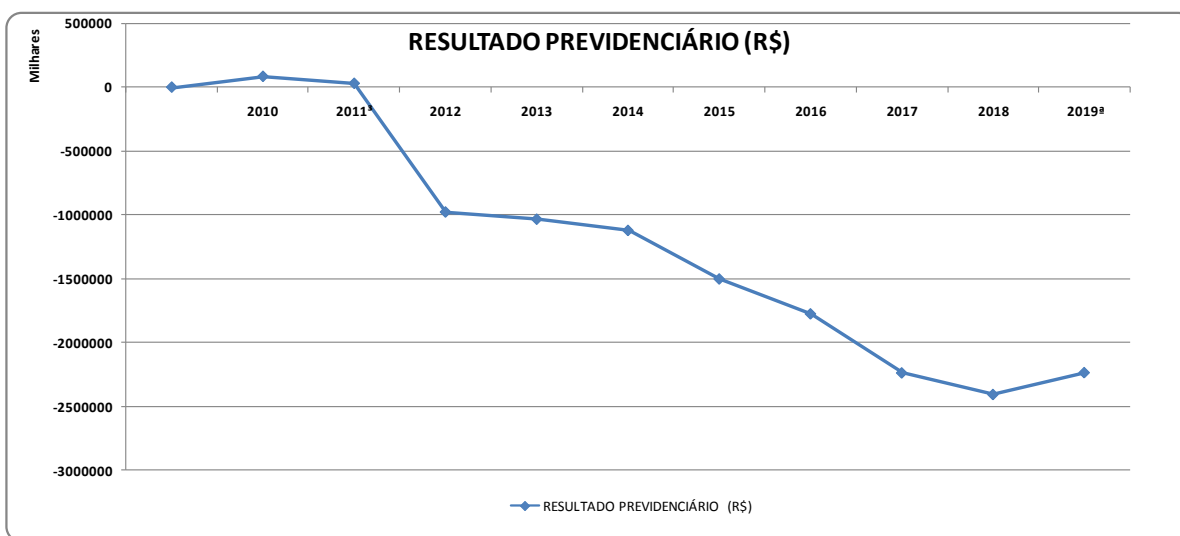
Notas:

1) O Resultado Previdenciário considerou a receita realizada e a despesa liquidada até o bimestre.

2) Nos exercícios de 2010 a 2014 não houve demonstração das despesas empenhadas no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias.

3) No exercício de 2011 não foi localizado no Portal da Transparência o demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Anexo V. No lugar desse e com o nome dele está publicado o Demonstrativo da Variação Patrimonial e Aplicação de Recursos Decorrentes da Alienação de Ativos - Demonstrativo IX.

^a) Informações do 4º bimestre/2019. Valores retirados do Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, cujo período de referência: janeiro a agosto de 2019 / Bimestre julho-agosto.



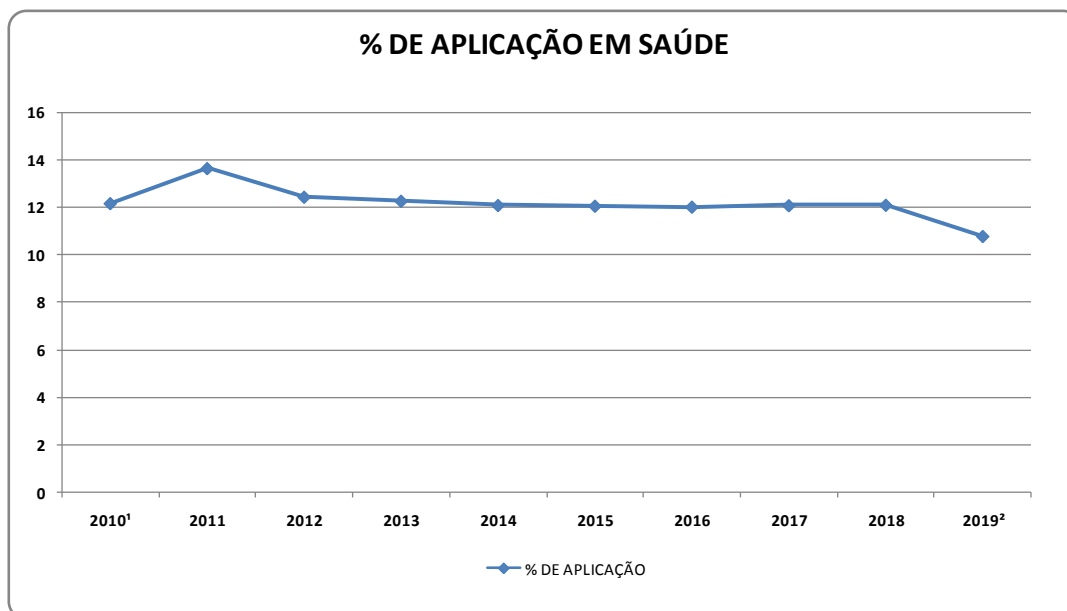


VINCULAÇÕES COM SAÚDE (R\$)		% DE APLICAÇÃO
2010 ¹	835.201.736,34	12,18
2011	1.135.661.620,83	13,66
2012	1.177.815.699,86	12,45
2013	1.533.856.133,67	12,28
2014	1.656.922.033,70	12,10
2015	1.757.038.760,06	12,07
2016	1.858.288.559,90	12,03
2017	1.941.887.959,83	12,09
2018	2.037.363.316,67	12,11
2019²	1.314.176.794,85	10,79

Notas:

1) Nos Exercícios de 2010 a 2014 foram considerados para o total das despesas com ações e serviços públicos de saúde as despesas executadas liquidadas até o bimestre mais os restos a pagar não processados.

2) Informações do 4º bimestre/2019. Valores retirados do Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, cujo período de referência: janeiro a agosto de 2019 / Bimestre julho-agosto.

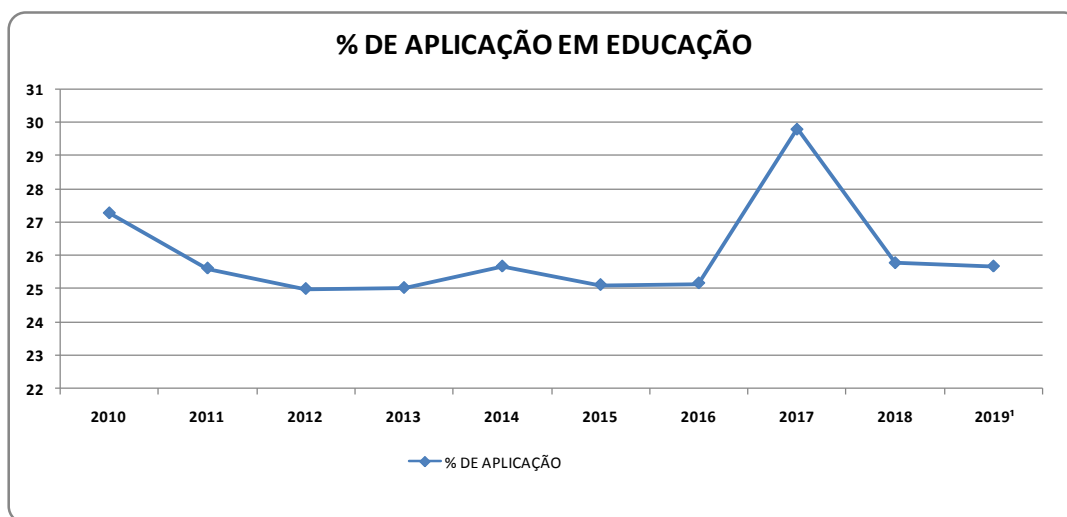




ANO	VINCULAÇÕES COM EDUCAÇÃO (R\$)	% DE APLICAÇÃO
2010	2.294.373.779,44	27,29
2011	2.613.355.879,65	25,62
2012	2.893.743.856,01	25,00
2013	3.126.612.295,57	25,03
2014	3.516.475.810,62	25,68
2015	3.654.750.685,77	25,12
2016	3.888.649.146,70	25,17
2017	4.790.192.576,67	29,82
2018	4.338.444.896,43	25,78
2019 ¹	3.128.960.549,51	25,68

Nota:

1) Informações do 4º bimestre/2019. Valores retirados do Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, cujo período de referência: janeiro a agosto de 2019 / Bimestre julho-agosto.

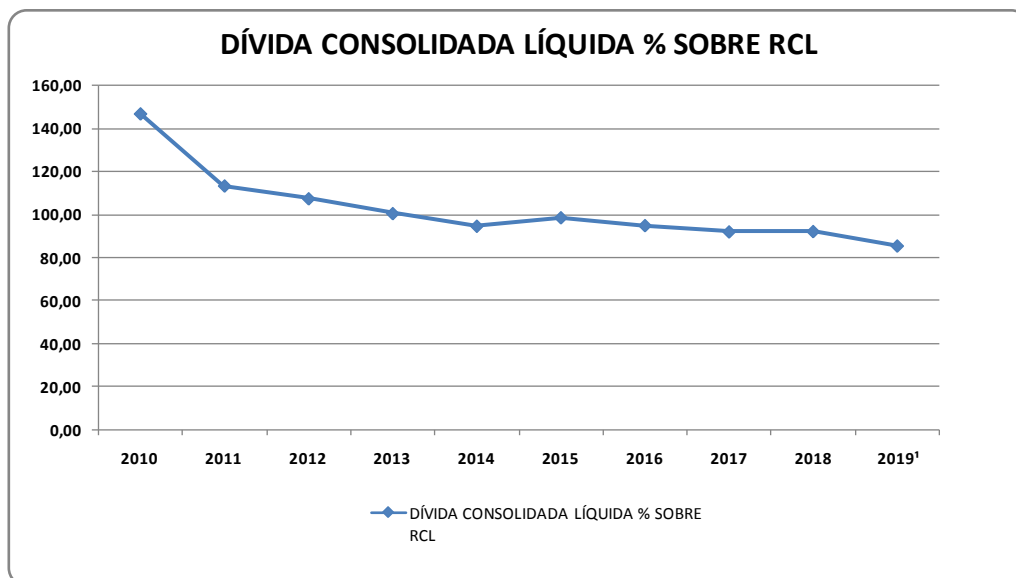




DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
ANO	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE	% SOBRE RCL
2010	14.766.699.141,00	146,88
2011	13.679.135.829,56	113,38
2012	14.378.868.945,24	107,42
2013	14.489.638.417,06	100,53
2014	15.769.251.011,37	94,67
2015	17.119.179.927,76	98,6
2016	18.306.404.513,89	94,95
2017	19.357.283.260,05	92,03
2018	19.634.872.554,19	92,19
2019 ¹	19.679.657.903,63	85,48

Nota:

1) Informações do 2º quadrimestre/2019. Valores retirados do Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, cujo período de referência: janeiro a agosto de 2019 / quadrimestre maio-agosto.

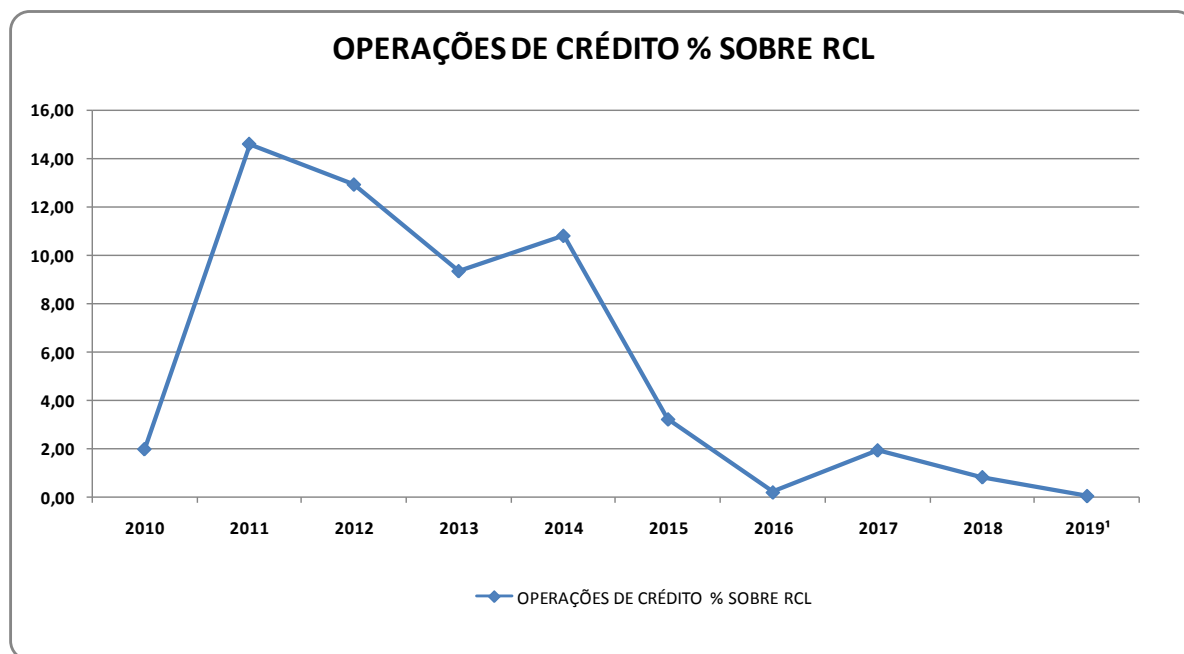




OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS APURAÇÃO (R\$)	% SOBRE RCL
2010	198.489.227,83	1,97
2011	1.760.436.794,23	14,59
2012	1.725.415.757,31	12,91
2013	1.344.450.200,66	9,33
2014	1.796.664.804,34	10,79
2015	556.308.007,23	3,20
2016	34.406.140,64	0,18
2017	404.358.033,21	1,92
2018	173.325.468,70	0,81
2019 ¹	6.206.575,52	0,03

Nota:

1) Informações do 2º quadrimestre/2019. Valores retirados do Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito, cujo período de referência: janeiro a agosto de 2019 / quadrimestre maio-agosto.





RESULTADO PRIMÁRIO			
ANO	META DE RESULTADO PRIMÁRIO (R\$)	RESULTADO PRIMÁRIO- CONSIDERANDO A DESPESA EMPENHADA (R\$)	RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA - CONSIDERANDO A DESPESA PAGA INCLUINDO RESTOS A PAGAR PAGOS (R\$)
2010	1.611.390.000,00	212.600.911,23	
2011	1.426.757.000,00	1.974.179.799,04	
2012	760.843.000,00	987.806.788,17	
2013	110.000.000,00	227.680.150,39	
2014	-657.000.000,00	-680.582.883,61	
2015	-441.029.000,00	6.649.163,04	
2016	-111.482.411,05	1.120.417.689,47	
2017	-506.680.769,63	739.608.427,46	
2018	12.898.911,07		1.030.816.915,68
2019 ^a	-6.363.902.184,09		1.353.154.771,90

Notas:

- 1) Nos exercícios de 2010 a 2014 o Resultado Primário considerou a despesa executada liquidada até o bimestre (jan a dez/2011).
- 2) A partir do exercício de 2015 o cálculo do Resultado Primário passou a ser realizado considerando a despesa empenhada.
- 3) A partir de 2018 o Resultado Primário passou a ser apresentado nas metodologias acima e abaixo da linha. Além disso, a despesa primária utilizada no cálculo passou a ser a despesa paga incluindo os Restos a Pagar Pagos.

^a) Informações do 4º bimestre/2019. Valores retirados do Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal, cujo período de referência: janeiro a agosto de 2019 / Bimestre julho-agosto.



RESULTADO PRIMÁRIO			
ANO	META DE RESULTADO PRIMÁRIO (R\$)	RESULTADO PRIMÁRIO- CONSIDERANDO A DESPESA EMPENHADA (R\$)	RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA - CONSIDERANDO A DESPESA PAGA INCLUINDO RESTOS A PAGAR PAGOS (R\$)
2010	1.611.390.000,00	212.600.911,23	
2011	1.426.757.000,00	1.974.179.799,04	
2012	760.843.000,00	987.806.788,17	
2013	110.000.000,00	227.680.150,39	
2014	-657.000.000,00	-680.582.883,61	
2015	-441.029.000,00	6.649.163,04	
2016	-111.482.411,05	1.120.417.689,47	
2017	-506.680.769,63	739.608.427,46	
2018	12.898.911,07		1.030.816.915,68
2019 ^a	-6.363.902.184,09		1.353.154.771,90

Notas:

- 1) Nos exercícios de 2010 a 2014 o Resultado Primário considerou a despesa executada liquidada até o bimestre (jan a dez/2011).
- 2) A partir do exercício de 2015 o cálculo do Resultado Primário passou a ser realizado considerando a despesa empenhada.
- 3) A partir de 2018 o Resultado Primário passou a ser apresentado nas metodologias acima e abaixo da linha. Além disso, a despesa primária utilizada no cálculo passou a ser a despesa paga incluindo os Restos a Pagar Pagos.

^a) Informações do 4º bimestre/2019. Valores retirados do Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal, cujo período de referência: janeiro a agosto de 2019 / Bimestre julho-agosto.

i

10 Assinatura dos responsáveis pelo projeto

Gerente do Projeto:	Data	Assinatura
Jean Marck Barbosa		
Cláudio Martins Correia		

ⁱ OBS:

O **RESULTADO PRIMÁRIO** é a diferença entre receitas e despesas primárias e não financeira em determinado período.

É a poupança requerida para o pagamento dos juros da dívida pública.

O **RESULTADO NOMINAL** representa a necessidade de financiamento do setor público. Equivale à arrecadação de impostos menos os gastos, incluindo os juros da dívida.

- “acima da linha” = corresponde à diferença entre as receitas e as despesas do setor público.
- “abaixo da linha” = corresponde à variação da dívida líquida total, interna ou externa.